

No Rio de Janeiro. — Em honra do Sr. Candido Soto Maior



No salão nobre do Club Gymnastico Portuquez do Rio de Janeiro, realisou-se um banquete em homenagem ao sr. Candido Soto Maior, tomando n'ele parte as mais distintas individualidades do governo, da politica, da diplomacia e das finanças, reproduzindo a illustração n'esta pagina uma fotografia dos convidados. Tomou o lugar de honra o sr. Candido Soto Maior, tendo á direita o sr. ministro da Fazenda, dr. Homero Balista, e á esquerda o sr. ministro da Agricultura, dr. Simões Lopes. Seguiam, pela direita, os srs.: encarregado de negocios de Portugal, dr. Cezar Mendes, o sr. ministro da aviação, dr. Pires do Rio, Conde de Avelar, Conde Pereira Carneiro, dr. Lourival Souto e Joaquim Carvalheiro; pela esquerda o sr. Visconde de Moraes, dr. Nilo Peçanha, sr. Dias Tavares, sr. consul de Portugal, sr. Raul Villar e sr. vice-consul de Portugal.

Cândido da Cunha Sotto Mayor, emigrante, empresário e banqueiro – um ator nas relações luso-brasileiras (1900-1935)

Isilda Braga da Costa Monteiro

No século XX, a nova realidade económica, social, política e diplomática fez emergir novos atores nas relações internacionais. Atuando formal ou informalmente, estes atores, sejam eles empresas, organizações não-governamentais ou indivíduos, contribuem ativamente para as relações transfronteiriças, retirando aos Estados o exclusivo da intervenção que, até então, lhes pertencia.

É nesse quadro que, no âmbito das relações luso brasileiras, alguns estudos publicados recentemente têm realçado o papel desempenhado pelos emigrantes portugueses que viram o Brasil como a resposta às suas expectativas de vida¹. Expectativas diferentes como diferentes eram as suas proveniências sociais e culturais. Na verdade, a emigração portuguesa para o Brasil, que desde há alguns anos tem vindo a ser estudada num e noutro lado do oceano, não cabe na visão estreita que empiricamente sobre ela se construiu – a do emigrante português, homem ou mulher, jovem ou velho, rude, pobre e analfabeto, que, enganado pelos empregadores, um dia desejou ser rico, atravessou o Oceano, onde veio a morrer, longe da sua terra natal, mais miserável e infeliz do que quando partira. Tal como já tivemos oportunidade de dizer em anteriores trabalhos, a leitura atenta da imprensa periódica então publicada em Portugal e no Brasil e o levantamento dos registos de passaportes, documento de que o emigrante se deveria munir para partir legalmente, fazem perceber que a par desses – certamente a maioria – havia, também, outros que partiam com a mesma ou maior ambição para o Brasil, nos mesmos paquetes, mas que, contrariamente aos anteriores, tinham património próprio, formação e uma bem montada rede de familiares e amigos a quem recorrer, num e noutro país. À luz da época, pela forma como a eles se refere a imprensa periódica, estes últimos não eram emigrantes como os outros e não carregavam o peso negativo dessa denominação que se lhes não ajustava. Na ótica dos jornais então publicados, estes eram homens com instrução e retaguarda familiar, que se deslocavam para o Brasil para aí “fixar residência”², exercer a carreira comercial já iniciada em Portugal³ ou para “tratar de negócios”⁴. Dessa forma, ao mesmo tempo que se acentuava a desgraça

1 FERREIRA, 2012.

2 Como é o caso, em 1907, do vereador da Câmara Municipal de Vila Real, Augusto Pereira de Moraes (*O Distrito de Vila Real*. Vila Real, 14.11.1907, p. 3).

3 *O Distrito de Vila Real*. Vila Real, 13.5.1909, p. 3.

4 Como é o caso de Abel Lopes Abelha que tendo casa comercial na cidade de Vermelho Novo, em Minas, para lá voltou depois de um longo período de tempo passado em Vila Real (*Vila-Realense*. Vila Real, 8.9.1910, p. 3).

dos primeiros, criticando a emigração esse “grande cancro, que actualmente infesta o progresso nacional”⁵, advogando medidas repressivas ou de redirecionamento para África, dá-se festivamente notícia da partida para o Brasil dos segundos, desejando-se-lhes as maiores felicidades. Resistindo em reconhecer as duas situações como faces de uma mesma questão, procura-se limitar a primeira e aceita-se naturalmente a segunda. Enquanto dos mais pobres, apetrechados apenas da “sciencia de empunhar a enxada”⁶, pouco mais há a esperar do que o trabalho duro e a morte inglória longe da terra natal, em torno dos mais favorecidos criam-se grandes expectativas não só sobre a possibilidade da sua notoriedade no Brasil, sempre graças a uma vida de trabalho intenso e sério que constantemente se sublinha, como no envio das remessas e num retorno produtivo ao país de onde partiram⁷. E os exemplos de sucesso não faltam nas páginas dos jornais, publicados um pouco por todo o norte do país, ao noticiar a chegada destes emigrantes, quer em visita à sua terra, para passar grandes temporadas ou, simplesmente, passear antes de partir para uma viagem à Europa e/ou com destino ao Brasil, quer, ainda, para definitivamente fixar residência. São eles os *brasileiros* de torna-viagem com fortuna acumulada de quem se fala e sobre os quais a literatura deixou uma imagem pouco abonatória, mas que a imprensa periódica, na maioria dos casos, refere elogiosamente, reconhecendo-lhes o papel primordial para a dinamização económica, social, educativa, cultural e até política, das suas terras de origem, em Portugal.

Assim, diferentes à partida para o Brasil, os emigrantes portugueses, aquando do retorno ao país de origem, são também diferentes à chegada. Uma diferença que as páginas dos jornais espelham de forma evidente. Se para os que vêm pobres, se destaca a falta de sorte em terras brasileiras e a miséria a que estão condenados, abrindo nos casos mais extremos subscrições públicas que providenciem o mínimo necessário à sobrevivência, para os outros que retornam endinheirados, reservam-se elogios e reverências. Para estes últimos, o retorno ao país de origem, mesmo que não definitivo, representava a concretização natural do objetivo que os levava, um dia, a atravessar o Oceano. Um retorno que, frequentemente, se fazia acompanhar de projetos de vida e de investimento delineados a partir de uma maior ou menor riqueza acumulada. Tal como temos vindo a demonstrar em anteriores estudos⁸, num país de fracos recursos, como era Portugal nos inícios do XX, as iniciativas empresariais destes homens contribuíram decisivamente não só para o desenvolvimento local do norte do país, como, pelos lucros rápidos e vultuosos que permitiram, acabaram também por lhes assegurar um crescente protagonismo no plano social, que passava pelo reconhecimento público do seu prestígio, tantas vezes premiado com a nobilitação, durante a Monarquia, ou a atribuição de uma comenda, na vigência da República. Alguns deles, vieram, ainda, a destacar-se pela participação ativa na vida política local ao nível partidário ou no desempenho de funções nas vereações camarárias. Contudo, tal como acontecera na sua chegada ao Brasil, a maior capacidade de ressocialização e reintegração na terra natal ou, como em muitos casos acontece, numa outra localidade mais ou menos próxima, dependia não só do nível social e cultural de que originalmente provinha como da existência prévia de uma rede de relações, familiar ou de amizade, mantida mesmo durante a vivência migratória.

Esta era a realidade que obrigava os emigrantes endinheirados que não viam o retorno a Portugal como o “descanso do guerreiro”, o tempo para uma merecida reforma, a percorrer as várias etapas de um percurso, tacitamente definido, que viabilizasse a sua integração social, ou seja, a aquisição de um lugar nos patamares mais elevados da sociedade local. A benemerência, exercida quer através de ofertas de bens e dinheiro, quer pela integração nos órgãos sociais de instituições como os bombeiros voluntários, os asilos e as misericórdias, assumia-se como a melhor via para a inserção no círculo social, garantindo referências elogiosas na imprensa

5 *Vila-Realense*. Vila Real, 9.10.1913, p.1.

6 RIBEIRO, Sebastião A. – “A Emigração. Aspectos do problema – seus grandes males – consequências do êxodo”. *Vila-Realense*. Vila Real, 9.10.1913, p.1.

7 Jorge Alves teve a oportunidade de verificar que, para a segunda metade de Oitocentos, o retorno se verificava essencialmente entre os emigrantes que no Brasil se dedicavam ao comércio e aos ofícios, em detrimento dos que trabalhavam na agricultura (ALVES, 1999: 240-241).

8 MONTEIRO; MAIA, 2008/2009; MONTEIRO, 2013; MAIA; MONTEIRO, 2007.

e a transposição de muitas soleiras de portas de casas de famílias que, de outra forma, dificilmente se abririam. Para muitos destes *brasileiros* enriquecidos, isso poderia representar também a possibilidade de fazer um bom casamento, seus ou dos seus filhos, garantindo a ligação a uma conceituada família da terra, ou ainda, de recrutar sócios de idoneidade reconhecida para os negócios a empreender em Portugal. Partilhando os mesmos espaços, os mesmos eventos, os mesmos interesses, entre os quais a política obrigatoriamente se inclui, e que o final conturbado da Monarquia e a implantação da República tornou mais presente no dia-a-dia das populações, mesmo que em regiões periféricas do país, como a região transmontana e alto-duriense, os emigrantes de retorno, sobre os quais hoje, já existem alguns estudos, destacam-se na sociedade local e nacional e, facto menos estudado, assumem-se, frequentemente e ao nível económico e social, como importantes atores nas relações entre o seu país de origem, Portugal, e o Brasil que, um dia, os acolheu e ao qual permanecem ativamente ligados.

É o caso de Cândido Sotto Mayor, nascido em Trás-os-Montes, emigrante no Brasil, empresário e banqueiro, cujo percurso de vida procuraremos traçar no presente estudo de molde a percebermos as várias vertentes da sua intervenção financeira, económica e política, em Portugal e no Brasil, nas primeiras décadas de Novecentos e o contributo que, dessa forma, deu para as relações entre os dois países. Figura complexa, multifacetada e com um percurso de vida longo, vivido em dois países e sob diferentes regimes políticos e diferentes realidades económicas e financeiras, sobre Cândido Sotto Mayor persistem algumas dúvidas a que a continuidade do nosso estudo procurará responder em devido tempo.

Cândido Narciso da Cunha Sotto Maior nasceu em Lebução, concelho de Valpaços, distrito de Vila Real, filho de Cândida de Sotto Mayor e de pai incógnito, a 26 de outubro de 1852 e foi batizado a 3 de novembro seguinte, na respetiva igreja matriz, apadrinhando pelo reverendo António José Teixeira da mesma freguesia⁹. Embora posteriormente a imprensa recorra ao discurso habitual sobre os emigrantes de retorno, para destacar as suas origens humildes e pobres, a verdade é que os Cunha Sotto Maior de Lebução estavam longe de ser, na época, uma família de fracos recursos e, sobretudo, desprovida de estatuto social. A consulta dos registos paroquiais de Lebução permite-nos perceber que a ligação à localidade desta família ilustre de Viana do Castelo detentora do palacete, onde, ao longo de muitos anos, esteve instalado o Governo Civil, terá sido estabelecida em meados do século XVIII, através do casamento de Maria Madalena Nogueira, aí residente, com Manuel José da Cunha Sotto Mayor, natural dessa localidade minhota. Deste casamento nasceu Joaquina Margarida da Cunha Sotto Mayor que veio a casar em 26 de maio de 1789 com António José Ramos, natural de Lebução, filho de Teresa Ramos, solteira, e de Manuel Rodrigues, casado¹⁰. Joaquina Margarida da Cunha Sotto Mayor e António José Ramos tiveram um filho, José Lino da Cunha Sotto Mayor, avó paterno de Cândido Sotto Maior, que casou em 8 de janeiro de 1816, em Lisboa, na igreja matriz da freguesia do Coração de Jesus, com D. Ana Lúcia Garcez Palha, filha de António Basílio de Brito e de D. Mariana Antónia Garcez Palha de Almeida aí residentes e naturais de Cascais¹¹.

Nos anos seguintes, o casal residiu na rua do Salitre da referida freguesia, onde nasceram os dois filhos mais velhos, António (21.9.1816)¹² e João (13.4.1818)¹³, apadrinhados pelo capitão António Basílio de Brito, cavaleiro da Ordem Militar de Avis, certamente seu tio materno. Nos anos seguintes, já em Lebução nascem mais filhos – José (12.5.1830)¹⁴, um rapaz, em 18 de maio de 1837, cujo nome não está indicado no registo

9 ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Batismos, livro 1836-1859, fol. 68-68v.

10 ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Casamentos, livro 1760-1859, fol. 44.

11 ADL – *Registos Paroquiais*. Lisboa. Coração de Jesus. Casamentos, livro 1808-1837, fol. 77v-78.

12 ADL – *Registos Paroquiais*. Lisboa. Coração de Jesus. Batismos, livro 1800-1825, fol. 274.

13 ADL – *Registos Paroquiais*. Lisboa. Coração de Jesus. Batismos, livro 1800-1825, fol. 301v.

14 ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Batismos, livro 1790-1841, fol. 12.

de batismo¹⁵, e Joaquim Felisberto (11.3.1845)¹⁶. Além destes, nasceu, também, na década de 1820¹⁷, uma filha de nome Cândida, que, em 26 de outubro de 1852, dá à luz Cândido Narciso, batizado na igreja matriz de Lebução, alguns dias depois, em 3 de novembro, como filho de pai incógnito, e apadrinhado pelo reverendo António José Teixeira¹⁸. Cândido Narciso já não conheceu o avô materno, José Lino da Cunha Sotto Mayor, que morrerá alguns anos antes na freguesia de Lebução, a 2 de outubro de 1849 “repentinamente”¹⁹, e a avó, D. Ana Lúcia Garcez Palha, no entanto, voltara a casar, em 7 de julho de 1851, com Bernardo Agostinho Cagigal²⁰, cunhado do seu filho mais velho, António Lino, já então casado e com filhos.

Terá sido, assim, em Lebução ou na vizinha freguesia de Bouçoães, onde, em 1867, nasce a sua meia irmã Maria Estefânia, filha de sua mãe e de Eduardo António Fontanel²¹, que Cândido Narciso da Cunha Sotto Mayor terá passado a infância. Conforme se pode ler nas referências biográficas que sobre ele foram escritas, anos mais tarde, nos jornais, com 13 anos vai para Chaves para trabalhar na casa comercial de Luís Paulino Teixeira que, ainda durante a monarquia virá a ser vice-presidente e presidente da Câmara. Estava-se então a meio da década de 1860 e a capacidade atrativa do Brasil como terra de oportunidades fizera-se já sentir na família. O tio, Joaquim Felisberto da Cunha Sotto Mayor, e o primo, Francisco Lino, filho de António Lino da Cunha Sotto Mayor, já em 1858 tinham atravessado o Oceano com esse destino, quando tinham 13 e 11 anos respetivamente²². Em 1872, pouco antes de completar os 20 anos²³, será também a vez de Cândido Narciso partir.

O tio e o primo, catorze anos volvidos sobre a sua chegada ao Brasil, eram então proprietários de uma casa comercial fundada em 1865 – a Sotto Mayor & C^a, que no início do século XX, sediada no Rio de Janeiro, “à rua Conselheiro Saraiva, 36 a 40, num magnífico edifício próprio, é um das mais antigas e reconhecidamente uma das mais importantes no comércio de manufaturas de lã e algodão”²⁴, conforme refere uma obra publicada no Brasil em 1913. É aí que Cândido Narciso vai encontrar trabalho e a porta aberta para entrar na sociedade local, integrando, por isso, o grupo dos emigrantes portugueses mais favorecidos – é alfabetizado, tem experiência profissional no sector comercial e tem uma rede familiar já instalada e bem sucedida no Brasil, com condições para lhe garantir trabalho e lhe facilitar a inserção na sociedade carioca. Sem surpresas, portanto, enceta, no Rio de Janeiro, um percurso profissional e empresarial de sucesso, evidenciando o espírito empreendedor que o vai caracterizar até ao final da vida. Para além entrar para a sociedade da Sotto Mayor & C^a, assume a sua direção quando o tio, Joaquim Felisberto da Cunha Sotto Mayor, retorna definitivamente a Portugal em 1886, para constituir família e fixar residência, inicialmente, na cidade do Porto, mais tarde em Lisboa (no palácio de S. Bento, no qual arrendou uma parcela) e, finalmente, na Figueira da Foz, na casa que construiu e que passou a ser conhecida por palácio Sotto Mayor. Segundo António Chaves escreveu, anos mais tarde, em 1901, numa elogiosa biografia sobre Cândido Sotto Mayor, este imprimiu nessa casa uma “fabulosa actividade” e correu todo

15 ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Batismos, livro 1790-1841, fol. 69.

16 ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Batismos, livro 1836-1859, fol. 24.

17 Em 1917, Cândida Sotto Mayor é referida como nonagenária (*Notícias do Norte*. Chaves, 7.1.1917, p. 2).

18 ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Batismos, livro 1836-1859, fol. 68-68v.

19 ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Óbitos, livro 1803-1859, fol. 100.

20 ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Casamentos, livro 1760-1859, fol. 100.

21 ADVR – *Registos Paroquiais*. Chaves. Santa Maria Maior, livro 1904, reg. 39. A imprensa periódica coeva refere, ainda, a existência de mais duas irmãs de Cândido Narciso da Cunha Sotto Mayor. Amélia Sotto Mayor Teixeira casou com Aníbal Paulino Teixeira, médico municipal de Chaves (*Intransigente*. Chaves, 10.12.1905), pais de Cândido Sotto Mayor Teixeira (*Intransigente*. Chaves, 27.7.1905) e Maria Amélia Sotto Mayor Teixeira, tendo falecido, já viúva, em 17 de fevereiro de 1917 (*Folha de Chaves*. Chaves, 25.2.1917). O enteado Adalberto Teixeira apresentou à Escola Médica Cirúrgica do Porto, em 1908, a dissertação *Água mineiro-medicinal de Vidago*: Fonte *Campinho*, que dedicou a várias pessoas da família entre as quais o tio, Cândido da Cunha Sotto Mayor, e os primos, seus filhos. Cândida Sotto Mayor Braga casou com José Gomes da Silva Braga, diretor do Banco de Chaves e membro da comissão executiva do Partido Progressista local, e faleceu em novembro de 1905 (*Intransigente*. Chaves, 18.11.1905 e 26.11.1905).

22 ADVR – *Registos de passaportes*, livro 1857-1860, fol. 43v, 44v.

23 O passaporte foi requerido em 21 de março de 1872 (ADVR – *Registos de passaportes*, livro 1871-1872, fol. 81).

24 LLOYD *et al.*, 1913.

o Brasil e “introduziu em todo o Império as fazendas que chegavam da Europa e levantou assim a primeira casa comercial do Rio de Janeiro”²⁵. É durante as décadas de 1880, durante a sua permanência no Rio de Janeiro, que Cândido Sotto Mayor se torna acionista de várias empresas, entre as quais a Companhia Fiação e Tecidos Corcovado, uma grande fábrica têxtil, que se manterá em funcionamento ao longo da primeira metade do século XX²⁶.

Tendo partido de Portugal, no início da década de 70 de Oitocentos, com a ambição que a idade e as expectativas lhe permitiam, Cândido Sotto Mayor retornou ao país de origem cerca de duas décadas depois, no final desse mesmo século, como um dinâmico empresário, sócio de importantes empresas comerciais e industriais ligadas ao sector têxtil, no Rio de Janeiro. Não tem então, ainda, os cinquenta anos. Apesar de o seu percurso de vida evidenciar um apurado sentido de família, reservando-lhe sempre importantes cargos nas suas empresas, sobre a sua vida familiar, antes e depois da chegada a Lisboa, pouco se sabe. Embora se tenha mantido solteiro, Sotto Mayor teve dois filhos. Cândido Sotto Mayor Júnior terá nascido em Lisboa, no início da década de 1890, e cumprindo o trajeto habitual entre os emigrantes de retorno que fizeram fortuna longe da sua terra natal, após alguns anos de estudo num colégio suíço, em S. Gallen²⁷, no início do século, frequentou, entre 1908 e 1913, o curso de Direito da Universidade de Coimbra, residindo, então, no n.º 114 da Couraça dos Apóstolos²⁸. É em seu nome que, logo no ano seguinte, em 1914, vendo na complexa situação financeira e económica da época uma oportunidade de negócio, mais do que um risco, que Cândido Sotto Mayor, já sexagenário, funda com António Vieira Pinto uma casa de câmbio na rua do Ouro e na rua do Comércio, em Lisboa, denominada Casa Bancária Pinto & Sotto Mayor, negócio que ele como emigrante no Brasil conhecia bem as potencialidades, que em 1921 dá origem ao Banco Pinto & Sotto Mayor. Note-se, a propósito, que o facto de filho e pai terem o mesmo nome dá origem a confusões que as fontes compulsadas nem sempre permitem deslindar com segurança absoluta, tanto mais que, por uma opção estratégica do progenitor, Cândido Sotto Mayor Júnior surge frequentemente na posição de *testa de ferro* – empresta oficialmente o seu nome à empresa, mas a capacidade financeira e de decisão pertence, e todos o parecem então saber, a Cândido Sotto Mayor, pai.

Por sua vez, sobre a filha, Cândida Sotto Mayor, pouco sabemos, além de, no início do século XX, o acompanhar algumas vezes nas suas deslocações a Chaves e ao estrangeiro e de, em sua homenagem, o seu pai ter dado o nome de Vila Cândida a um bairro que mandou construir em Lisboa, durante os anos de 1920, e que se manteve na posse da família até 1974. Embora não tenhamos encontrado referência ao seu falecimento, ainda em vida do pai, essa é uma hipótese a considerar, acrescida do facto de que o seu nome não se inclui entre os familiares próximos que informam os interessados, na imprensa periódica lisboeta, em 31 de outubro de 1935, da realização do funeral do banqueiro Cândido Sotto Mayor²⁹.

Em Portugal, desde o final do século XIX, Sotto Mayor estabelece o seu quartel-general entre Chaves, no palacete que mandou construir, e Lisboa, onde, entre 1902 e 1906, ergueu o denominado palácio Sotto Mayor de “grandiosa opulência”³⁰, a que a *Ilustração Portuguesa* dedicou várias páginas, e investe estrategicamente, diversificando os negócios que vão desde as águas termais (em 1897, adquire em Trás-os-Montes, a nascente das águas Campilho, para fazer a sua exploração comercial)³¹ até à banca. Em 1914, como vimos, financiou através do filho, a fundação da Casa Bancária Pinto & Sotto Mayor que, em 1925, dará lugar ao Banco Pinto & Sotto Mayor.

Homem da alta finança lisboeta, Cândido Sotto Mayor move-se com à-vontade nos meandros da política da época, gerindo cuidadosamente as suas ligações partidárias em função das suas convicções mas, também,

25 *O Intransigente*. Chaves, 13.10.1901, p. 1-2.

26 BIRCHAL, 2004: 9.

27 *O Intransigente*. Chaves, 27.7.1905, p. 1; 12.7.1906, p. 1.

28 *Anuário da Universidade de Coimbra*. 1908-1909 a 1912-1913.

29 *Diário da Manhã*. Lisboa, 31.10.1935, p. 8.

30 *Ilustração Portuguesa*. Lisboa, 1906, p. 88-91.

31 TEIXEIRA, 1908: 35.

dos seus interesses económicos e financeiros. Reverenciado pelos regeneradores do distrito de Chaves³² até ao momento em que, por questões relacionadas com as termas de Vidago, se incompatibilizou com um dos seus líderes, António Teixeira de Sousa tornou-se em 1905 chefe do Partido Progressista local³³, ligando-se aos republicanos, após 1910.

Na verdade, no início do século XX, Cândido não descurou a relação com a região onde nascera. Antes pelo contrário. Proprietário, como atrás referimos, das águas termais Campilho e de um palacete que construiu em Chaves, terra à qual ofereceu, em 1901, um jardim para usufruto da população, deslocava-se frequentemente a esta localidade, surpreendendo pelo facto de um homem com forte presença nas finanças e na economia nacionais, se envolver em questões de âmbito local das quais poderia obter dividendos com reduzido significado na carteira de negócios que então detinha. Atendendo ao que escreve *O Intransigente*, jornal flaviense progressista, em 1907,

Cândido Sotto Mayor é político, mas um político como decerto outro se não nota no paiz. A política, nem a elle, nem a pessoas de sua familia deu qualquer vantagem. O seu prestígio que é grande, e a sua boa vontade, que é incomparável, estão exclusivamente ao serviço dos seus amigos. Todos aquelles que conhecem e muitos são, a tenacidade e o interesse com que Cândido Sotto Mayor em Lisboa patrocina as pretensões dos seus amigos e solicita beneficios d'interesse geral, se surpreendem ante essa inexcedível dedicação³⁴.

Opinião contrária tem a *Folha de Chaves*, que no dia 29 de outubro de 1916, sob a epígrafe *O Milionário* escreve sobre ele que:

Milhares de criaturas são tributárias do seu cofre! No seu luxo, no luxo dos seus parentes, nos seus banquetes, nos seus festins, nos presentes de *chalets* a ministros, [...] nas suas manifestações de rico, arrotando ouro, e nas suas manifestações políticas e nos seus galanteios, sempre tão pitorescos – o sr. Soto Maior não dispende a vigésima parte do rendimento da parte vigésima do seu capital. [...] Lançado no Brasil, numa casa comercial já feita e com largas transações, saiu, pela simples razão de lá ter estado, rico, como os outros que lá estiveram, com pouca inteligência, mas muito ouro. Nem inteligente, nem ilustrado. Mal sabe escrever. Há poucos anos seria impossível, com tão poucos recursos intelectuais, congregar tão avultados capitais.

E o articulista termina acusando-o de ter contribuído pouco para o bem-estar da população flaviense, comparativamente a outros emigrantes de retorno, com menor riqueza do que ele. E alguns dias depois, o mesmo jornal conclui “As ‘generosidades’ do sr. Soto Maior não brotam dum bom coração; saem dum espírito mercantil”³⁵.

Figura polémica, adorada por uns e criticado por outros, Cândido Sotto Mayor tem, nesta época, um espaço assegurado nas páginas da imprensa de Chaves. Uma imprensa que, dependendo do cariz político e da conjuntura do momento, balança entre o apoio ao grande benemérito da terra e a crítica contundente ao homem cujas convicções políticas têm “a fragil consistência dos famosos castelos sobre a areia” e cuja orientação política consideram ser “variável e indeterminável como o rumo dos redemoinhos de vento”³⁶. Era uma perspetiva. Na realidade, Cândido Sotto Mayor parece-nos, sobretudo, servir-se estrategicamente da política para atingir determinados objetivos, da mesma forma que se serviria dos seus negócios para se impor politicamente, num jogo complexo e ambicioso.

32 *O Intransigente*. Chaves, 24.10.1900, p. 3.

33 *O Intransigente*. Chaves, 18.11.1905, p. 2.

34 *O Intransigente*. Chaves, 15.7.1907, p. 1.

35 *Folha de Chaves*. Chaves, 12.11.1916, p. 1.

36 *Folha de Chaves*. Chaves, 8.10.1916, p. 1.

Com nítido envolvimento na política partidária durante a Monarquia, Cândido Sotto Mayor redirecionou-se após 1910 com a implantação da República, refazendo a sua rede de sociabilidade política. Não se pode considerar, no entanto, um exemplo dos muitos que após a implantação da República viram a adesividade ao novo sistema como o melhor caminho para a sobrevivência política e financeira. Graças à independência que a sua grande fortuna, estimada, então, em vinte mil contos³⁷, lhe permitia, Cândido Sotto Mayor não deixa de evidenciar alguma coerência relativamente ao seu passado monárquico. Assim, sob a ditadura de Pimenta de Castro, no início de 1915, terá protegido a fundação de um centro monárquico em Chaves a quem foi dado o seu nome, ao mesmo tempo que, diz-se, frequentava o gabinete do ministro da Justiça, Guilherme Moreira, “que badalava então numa sineta de conservantismo republicano”³⁸. Esta duplicidade evidencia-se de novo, mais tarde, nas eleições municipais de 1916, quando congrega em torno da sua lista republicanos mais conservadores como o deputado por Chaves, António Carvalho Mourão, e monárquicos. Uma situação que não escapa às críticas dos republicanos. O órgão do Partido Republicano Português em Vila Real, o jornal *A Democracia*, entre outubro e dezembro de 1916, leva a cabo uma verdadeira campanha contra a atuação política de Cândido Sotto Mayor, criticando-o duramente ao afirmar que “Entende-se com o sr. António Cabral³⁹ para que este dê instruções aos monárquicos de Chaves e frequenta gabinetes de ministros republicanos para que estes o autorizem a afivelar a máscara. Sempre nestes papeis o infeliz senhor brasileiro”⁴⁰.

Na realidade, em 1916, bem à medida da época e da forma como então se fazia política, a angariação de votos era feita junto da população com recurso a diversos meios, mais ou menos legais, mais ou menos velados. Uma tarefa a que se dedicavam os empregados da filial da Casa Bancária de Cândido Sotto Mayor, em Chaves, com o apoio de alguma imprensa, nomeadamente o jornal *Notícias do Norte*, dirigido por Arnaldo Moita Coelho Fortes, e ainda nesse mesmo ano substituído por António Teixeira Chaves, e que, embora o negue, constava ser por si financiado⁴¹. São eles que, em nome de Cândido Sotto Mayor, compram votos, fazem multiplicar as promessas junto das populações das aldeias do concelho, dão conta dos muitos atos de benemerência que praticou ou servem de caixa de ressonância de notícias abonatórias sobre ele publicadas em jornais da capital.

O semanário *Folha de Chaves* não poupa críticas:

Pôz ele em actividade os seus caixeiros, uns com metal sonante à disposição, outros com cheques e outros ainda com promessas. A toda a parte os caixeiros teem ido bater com as amostras do seu comércio... eleitoral. Ofertas são as dezenas, promessas aos milhares⁴².

Supervisionando à distância a sua campanha política, Cândido Sotto Mayor reserva-se para um outro tipo de combate, que só ele poderia travar, ao nível dos negócios e da influência política, quer em Chaves, quer, como vimos atrás, nos gabinetes dos ministros republicanos.

Em meados de 1915, mediante a apresentação de um ambicioso e dispendioso projeto de renovação para as Caldas de Chaves, Sotto Mayor conseguira junto da Câmara Municipal, a adjudicação da sua exploração por um período de 99 anos⁴³. A expectativa do sucesso desse negócio, que muitos reconheciam ser vital para o desenvolvimento de Chaves – expectativa essa alimentada estrategicamente por Sotto Mayor –, justifica

37 *Folha de Chaves*. Chaves, 21.1.1917, p. 1-2.

38 *A Democracia*. Vila Real, 8.10.1916, p. 2.

39 António Cabral, antigo ministro monárquico, manteve-se leal aos seus princípios mesmo após 1910 e veio a constituir em 1923 a Ação Realista Portuguesa.

40 *A Democracia*. Vila Real, 8.10.1916, p. 2.

41 *Notícias de Chaves*. Chaves, 26.11.1916, p. 3.

42 *Folha de Chaves*. Chaves, 15.10.1916, p. 2.

43 *O Flaviense*. Chaves, 18.7.1915, p. 1.

os elogios na imprensa local, exaltando a sua inteligência e a sua “corajosa audácia que não se encerra egoisticamente no goso tranquilo da sua opulência”⁴⁴. Sem outro interesse que não seja o amor à sua terra, afirma o *Notícias do Norte*. Na sua perspetiva, com uma situação desafogada, este *brasileiro* não precisava dos favores de ninguém ou de usufruir benesses dos poderes públicos, não tirando o “mínimo proveito material dos favores ou dos melhoramentos que promove”⁴⁵. Para o referido periódico, ser republicano ou monárquico não era importante, o que era importante era saber “se as suas intenções visam ou não ao engrandecimento geral do concelho e até da região transmontana e se tudo quanto tem feito honra ou não esta parte da República”⁴⁶. E sobre isso, no seu entender, a figura de Cândido Sotto Mayor não oferecia quaisquer dúvidas.

Contudo, num folhetim com vários capítulos, que se arrasta animadamente até final de 1916, após a arrematação da concessão feita a Cândido Sotto Mayor, na Câmara Municipal de Chaves, em 17 de abril⁴⁷, a exploração das termas e a possibilidade de, finalmente, serem construídas, com qualidade, as estruturas de apoio que faltavam e que tanto entusiasmaram a população de Chaves, reforçando a admiração pelo seu ilustre conterrâneo, acaba por não se concretizar. Cândido Sotto Mayor não formalizou o tão desejado negócio. Em consequência disso, foi acusado pelos seus adversários políticos de só se ter ocupado das eleições municipais quando as águas das Caldas moviam os seus interesses⁴⁸ ou, invertendo o argumento, de ter utilizado as águas para agitar “deante dos olhos dos flavienses uma enganadora bandeira eleitoral”⁴⁹, ludibriando não só os políticos locais como os próprios republicanos a quem terá passado a ideia de uma poderosa influência eleitoral no concelho⁵⁰.

A realidade poderá ser, no entanto, um pouco diferente – a Grande Guerra e as crescentes dificuldades no envio das remessas dos emigrantes portugueses do Brasil para Portugal mudaram as regras do jogo e obrigaram os homens de negócios, como Cândido Sotto Mayor, a reequacionar os seus investimentos e a rever os seus projetos. A exploração das águas termais de Chaves implicava um financiamento elevado que a conjuntura financeira económica cada vez mais degradada não aconselharia. Assim, e apesar de o *Notícias do Norte* considerar que o adiamento pelo governo da União Sagrada para o ano seguinte das eleições municipais inicialmente marcadas para novembro de 1916, permitia mais tempo para, “se multiplicarem as relações de amizade do grande benemérito, sr. Soto Mayor, para com o povo flaviense”⁵¹, a verdade é que Cândido Sotto Mayor deixa de aparecer na linha da frente do combate político municipal. Embora a idade e a fortuna acumulada lhe permitissem retirar-se, sem problemas, da vida ativa, os grandes negócios, num lado e doutro do Oceano, vão captar a sua atenção e exigir-lhe um cuidado constante. Mais do que até então acontecera, a partir daqui, a vida empresarial de Cândido Sotto Mayor faz-se entre Lisboa e o Rio de Janeiro, frequentando a alta roda do poder político e financeiro da época, em Portugal e no Brasil.

Em 1917, Cândido Sotto Mayor funda com o filho e António Vieira Pinto a Companhia de Seguros Sagres e logo depois o Banco Colonial Português. Uma diversidade que abria caminho à construção do que virá a ser um dos primeiros grupos económicos do país, apesar, como refere Sousa da Câmara, do favorecimento do poder político ao Banco Nacional Ultramarino que terá prejudicado os seus objetivos. Em 1919, funda a União Elétrica Portuguesa que sediada no Porto e com uma postura inovadora, se propunha solucionar o problema hidroelétrico nacional. A esta empresa outras se seguiriam, nos anos imediatos, como a Sociedade Portuguesa de Administração, a Companhia Portuguesa de Preparação de Carnes, a Renascença Gráfica, o Banco Nacional

44 *O Flaviense*. Chaves, 23.4.1916, p. 1.

45 *Notícias de Chaves*. Chaves, 29.10.1916, p. 1.

46 *Notícias de Chaves*. Chaves, 17.12.1916, p. 1.

47 *Notícias do Norte*. Chaves, 23.4.1916, p. 1.

48 *Notícias de Chaves*. Chaves, 26.11.1916, p. 1.

49 *O Flaviense*. Chaves, 18.7.1915, p. 1.

50 *O Flaviense*. Chaves, 18.7.1915, p. 1.

51 *Notícias do Norte*. Chaves, 26.10.1916, p. 1.

Agrícola, que, em 1923, se fundiu com o Banco Colonial Português, a Ottosgráfica e a Fosforeira Portuguesa. Paralelamente adquire algumas firmas já existentes quer ao nível bancário como o Banco de Chaves e o Banco Mercantil de Viana, quer industrial como a Companhia Ocidental Portuguesa e a Companhia de Fornos Elétricos⁵².

Em 1925 e na sequência da legislação então promulgada que visava organizar o tecido empresarial bancário⁵³, a Casa Bancária dá lugar ao Banco Pinto e Sotto Mayor alargando-se a novos sócios, entre os quais o Banco Português do Brasil, o Banco Comercial do Rio de Janeiro, novos elementos da família Cunha Sotto Mayor – Joaquim da Cunha Sotto Mayor e Manuel Emílio da Cunha Sotto Mayor –, e diversas personalidades, algumas das quais vão assumir cargos de relevo no Estado Novo, como José Caeiro da Mata. Mantendo-se como sócios maioritários, Cândido Sotto Mayor Júnior e António Vieira Pinto, a complexidade da situação financeira então vivida em Portugal, decorrente, em grande parte, da instabilidade política da Primeira República vai justificar que Cândido Sotto Mayor, pai, assumia a presidência do conselho de administração que então entrou em funções. Tinha então 73 anos e um longo percurso feito nos negócios. Contudo, os tempos que se avizinhavam não viriam a ser fáceis para o grupo que, ao longo dos últimos anos, tinha erguido. Em 1927, além de ter ocorrido a morte de António Vieira Pinto com apenas 38 anos, Cândido Sotto Mayor cegou atingido por uma bala perdida durante a denominada Revolução de Setembro quando se encontrava à janela do seu palacete em Lisboa. Nada, no entanto, que o afastasse dos negócios e dos cargos que continuou a exercer ativa e pessoalmente até ao último dia da sua vida.

No Brasil que deixara no final de Oitocentos, Cândido Sotto Mayor mantém a ligação e os negócios, deslocando-se lá sempre que havia necessidade para tratar de assuntos relacionados com as empresas de que era sócio ou acionista. Antes da guerra, a firma Sotto Mayor e C^a, dedicada ao comércio grossista e à importação, com sede no Rio de Janeiro, destacara-se pelo “grande movimento para todos os estados da União”, mantendo um escritório em São Paulo, à rua de São Bento, 6, e um numeroso corpo de viajantes por todo o Brasil. Como se refere nas *Impressões do Brasil no século XX*, publicadas em 1913, esta empresa empregava um total de 60 pessoas, sob a direção dos dois sócios aí residentes, os antigos funcionários Alberto Ferreira Cardoso e José António de Sousa, natural de Chaves⁵⁴. Segundo a mesma publicação, o “chefe da firma” era Cândido Sotto Mayor, “detentor de grandes propriedades, tanto no Brasil como em Portugal”.

Por sua vez, a Fiação e Tecidos Corcovado de que era acionista, fundada no final do século XIX, conheceu grande desenvolvimento, tendo contribuído para o surto industrial que fez do Rio de Janeiro o maior centro industrial do Brasil até a década de 20 do século XX. No ano de 1902, a 28 de junho, Cândido Sotto Mayor, numa das suas estadias no Brasil, foi homenageado pela Sociedade Recreativa do Pessoal da Fábrica Corcovado. O discurso então produzido por José da Cruz, na sua dupla qualidade de presidente da fábrica e da referida sociedade, foi integralmente transcrito no jornal de Chaves, *O Intransigente*. Apresentando-o como um dos fundadores da fábrica, “o primeiro entre eles, aquele que em tudo pensou e tudo organizou para que fossem levantadas essas paredes, e para que essas máquinas tivessem a vida necessária para a poderem produzir”, refere que foi ele “quem por todo esse Brasil espalhou e fez conhecidos os nossos produtos, arcando com todos os desgostos, contrariedades e dificuldades que sempre trazem as empresas d’esta ordem”. E mais à frente, José da Cruz, acrescenta,

o homem que em tudo e por tudo, tenaz e eficazmente concorre para o desenvolvimento e progresso do commercio e indústrias d’este paiz, o homem que aqui ganhou sua fortuna, aqui a tem e aqui

52 CÂMARA, 1989: 9-32.

53 Pelo decreto de 20 de março de 1925, entre outras medidas, fazia-se uma distinção entre bancos e casa bancárias, permitindo-se aos primeiros, sociedades de responsabilidade limitada, anónimas ou não, a execução de diversas operações como receber depósitos, colocar obrigações alheias e efetuar contratos de empréstimo sobre penhor, enquanto as segundas apenas podiam fazer algumas delas (MENDES, 2002: 43).

54 *Folha de Chaves*. Chaves, 27.10.1918, p. 3.

a emprega em tudo quanto esta terra possa ser útil, esse homem com o seu modo de pensar e proceder, só tem por fim mostrar a sua gratidão para com a terra que elle regou com o suor do seu trabalho, e da qual colheu os fructos do seu interessante labutar. O sr. Cândido Sotto Mayor tem sido e continua sendo grato a esta boa terra do Brazil⁵⁵

Em *Impressões do Brazil no século XX*, refere-se que a Fábrica Corcovado tendo iniciado atividade com 500 teares, contava já, em 1913, com mais de 1000, empregando mais de um milhar de operários. Contudo, durante a Grande Guerra, o desequilíbrio entre as condições oferecidas à exportação para responder à procura externa e as que se ofereciam para abastecimento do mercado interno, bem como a prática de armazenamento de produtos básicos, por parte de alguns produtores, para com isso conseguirem uma elevação de preços, geraram, no Brasil, uma tensão social responsável pelo surto grevista de 1917, que afetou também a fábrica de Tecidos Corcovado⁵⁶, com reflexos negativos inevitáveis sobre a sua situação financeira. Mais tarde, em 1920, a compra e a incorporação da antiga fábrica Andaraí, obrigaram a contrair um empréstimo no Banco Português do Brasil, de que Cândido Sotto Mayor era acionista, que não foi possível saldar, nos anos seguintes, devido à forte concorrência dos tecidos ingleses, vendidos no Brasil a preços baixos. De acordo com as palavras proferidas pelo diretor da Companhia, Manuel Lopes Fortuna, na assembleia geral extraordinária realizada ainda em vida de Cândido Sotto Mayor, mas sem a sua presença, no mês de fevereiro de 1935, “Principiou, então, a Corcovado a subir o seu penoso calvário de provações. Empréstimos sucedem-se a empréstimos, os juros vão-se acumulando e os débitos crescem grandemente”⁵⁷, apresentando-se, então, a firma Sotto Mayor e C^a como a sua maior credora. Na verdade, a difícil conjuntura económica após 1924 marcada pela valorização cambial e pela queda geral dos preços dos tecidos de algodão no comércio mundial, são as grandes razões para essa situação⁵⁸.

Em março de 1918, Cândido Sotto Mayor fundou o Banco Português do Brasil juntamente com o visconde de Moraes, um influente português emigrado no Brasil, Jaime Lino da Cunha Sotto Mayor, a Casa Bancária Pinto e Sotto Mayor e a Companhia de Seguros Sagres, que, no conjunto, detinham mais de 12% das ações. A nacionalidade portuguesa dos principais acionistas do banco não levantava, então, qualquer dificuldade acrescida. À luz da legislação brasileira então em vigor, independentemente da nacionalidade dos proprietários ou acionistas, qualquer empresa sediada no Brasil e aí a operar era considerada brasileira. Com o objetivo de “atender aos interesses e necessidades financeiras” de Portugal e Brasil, os estatutos previam operar com câmbio, atuar no mercado de intermediação de remessa de imigrantes residentes no Rio de Janeiro e na concessão de crédito à indústria e ao comércio⁵⁹. Áreas que fizeram dos membros da comunidade portuguesa residente no Rio de Janeiro os seus principais clientes e o progresso da empresa nos dez anos seguintes. As sedes construídas no Rio de Janeiro e em Santos tornaram-se a imagem do sucesso do banco. Um sucesso que permitiu aos acionistas principais, além da obtenção de dividendos e a participação em empresas constituídas no âmbito de lucrativos contratos com o estado brasileiro, como foi o caso da construção da rede de saneamento em torno da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, o acesso a crédito barato às empresas de que os seus acionistas principais eram proprietários, como aconteceu com a Fábrica Corcovado em 1920, reforçando a teia de negócios que Cândido Sotto Mayor e outros elementos da sua família detinham no Brasil e que incluía, ainda, empresas na área do investimento imobiliário.

A participação ao mais alto nível empresarial e financeiro de Cândido Sotto Mayor implicava que, tal como acontecia em Portugal, mantivesse, no Brasil, onde se deslocava frequentemente, uma relação forte com o

55 *O Intransigente*. Chaves, 18.8.1902, p. 2.

56 CARONE, 1984: 189.

57 *Diário Oficial da União*. Brasil, 27.2.1935.

58 CURY, 1999: 94-95.

59 MARQUES; MELO, 2011: 463, 466, 468.

poder político. Sinal disso é a fotografia que a *Ilustração Portuguesa* inclui no número que publicou em 22 de setembro de 1919 (ver imagem que serve de separador) e que mostra o banqueiro português numa fotografia de grupo tirada aquando de um jantar realizado em sua homenagem, no salão nobre do Club Ginástico Português do Rio de Janeiro, ladeado por três ministros brasileiros – o ministro da Fazenda, o ministro da Agricultura e o ministro da Viação e Obras Públicas. Mercê dos seus interesses financeiros e empresariais em Portugal e no Brasil, Cândido Sotto Mayor, movimentava-se com à-vontade no círculo do poder político e financeiro dos dois países. Desta forma, contribuindo, formal e informalmente, para as relações entre Brasil e Portugal, sobretudo, entre 1914, ano da fundação da Casa Bancária Pinto e Sotto Mayor, e 1935, ano da sua morte, Sotto Mayor assume-se, assim, como um ator de relevo nas relações luso-brasileiras dessa época. No âmbito das suas empresas e dos seus interesses financeiros e políticos, circularam dinheiro, produtos e influências entre Portugal e o Brasil, que reforçaram aos vários níveis as suas relações.

As palavras que, em 1922, o *Diário de Lisboa* faz registar nas suas páginas sobre a viagem ao Brasil do presidente da República portuguesa, António José de Almeida, evidenciam o reconhecimento da importância da opinião de quem conhecia bem a realidade política e económica brasileira e portuguesa e das potencialidades e fragilidades do seu relacionamento. Conforme se menciona no referido jornal, o facto de o presidente brasileiro, Epitácio Pessoa, estar, então, em final de mandato não seria favorável, no entender de Sotto Mayor, ao objetivo da comitiva portuguesa em estabelecer um tratado comercial entre os dois países, pelo que considerava já como positivo que fossem conseguidos pelo presidente da República portuguesa e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros alguns elementos que orientassem os respetivos governos no estudo dos problemas luso-brasileiros⁶⁰.

Na verdade, e embora, tal como vaticinara Sotto Mayor, não tivesse sido possível celebrar, em 1922, o almejado tratado comercial, foram assinados três outros sobre questões importantes como a da reciprocidade em matéria de propriedade literária e artística, a da isenção do serviço militar em caso de dupla nacionalidade e a da proteção do trabalho dos emigrantes⁶¹. O consenso obtido nestes aspetos, embora só o primeiro viesse a ser politicamente sancionado⁶², constituiu, sem dúvida, um saldo positivo nesta visita presidencial realizada a propósito da comemoração do primeiro centenário da independência brasileira, e que assinala, entusiástica e publicamente, a reaproximação política e diplomática entre Portugal e Brasil, após 1910. Uma reaproximação que, contudo, as décadas seguintes mostraram não ser fácil sustentar no quadro das especificidades políticas e económicas de cada um dos países e, sobretudo, no quadro geoestratégico em que, ao nível internacional, cada um deles se inseria. Na verdade, ao longo da primeira metade do século XX, quer durante a Primeira República, quer durante o Estado Novo, apesar de as relações luso-brasileiras se revestirem, na prática e graças a diversos agentes sociais, de grande relevância para os dois países – devido não só à grande dimensão da comunidade portuguesa no Brasil como, até à década de 1930, ao forte investimento dos empresários portugueses na economia brasileira, como Sotto Mayor –, estas não estiveram no centro da política externa dos dois países.

A década de 1930, de que Cândido Sotto Mayor viveu, ativamente, os primeiros cinco anos, vai ser marcada por grandes mudanças políticas e económicas que de forma inevitável se vão refletir, quer no Brasil quer em Portugal, no império financeiro, comercial e industrial por ele erguido. A implantação de um novo regime político com cariz nacionalista e autoritário, quer no Brasil quer em Portugal, sob a liderança forte de Getúlio Vargas e António Salazar, respetivamente, justificam um entendimento político e uma vontade na aproximação económica entre os dois países, que, contudo, não obteve os resultados desejados devido à crise económica então instalada e à adoção de políticas protecionistas⁶³.

60 *Diário de Lisboa*. Lisboa, 4.9.1922.

61 MENDES; MIRANDA, 2006: 187-191.

62 MENDES; MIRANDA, 2006: 194-195.

63 BALTAZAR, 2006: 207-208

No Brasil, a crise de 1929 e a depressão dos anos 30 fez com que a economia perdesse o dinamismo que até então a caracterizara. O volume de negócios com Portugal diminuiu, como diminuiu também o valor das remessas enviadas para o seu país pelos emigrantes portugueses. Uma e outra situação afetam inexorável e definitivamente a Fábrica Corcovado e o Banco Português do Brasil, condenando a primeira ao encerramento e o segundo a uma reorganização. A presença empresarial de Cândido Sotto Mayor, no Brasil, terá, certamente, então esmorecido, centrando-se de novo na firma Sotto Maior e C^a, onde, nas já longínquas décadas de 70 e 80 do século XIX, tudo tinha começado, e que continuava impor-se pelo dinamismo e capacidade financeira.

Em Portugal, a economia é dominada pelos grandes grupos financeiros ligados a algumas famílias poderosas e influentes e a homens fortes do regime continuavam, apesar das limitações à importação, a dominar a banca, o comércio de importação/exportação e colonial e as companhias de navegação⁶⁴. Entre essas famílias está a Sotto Mayor, encabeçada, até 1935, pelo seu “lugar-tenente”⁶⁵, Cândido Sotto Mayor.

Na noite do dia 29 para 30 de outubro de 1935, Cândido Sotto Mayor morreu. Tinha acabado de fazer 83 anos. A imprensa lamentou o desaparecimento do “reputado homem da finança portuguesa”⁶⁶, salientando a “vida inteira de trabalho com que se guindou à situação de indisputável relevo que ocupava na sociedade”⁶⁷, recordando o cravo vermelho que sempre trazia na botoeira⁶⁸. No funeral que saiu, ao meio dia do dia seguinte, da sua casa, na avenida Fontes Pereira de Melo para o cemitério dos Prazeres, e que os jornais noticiaram nas suas páginas, participaram milhares de pessoas, entre as quais figuras de destaque da cultura e das finanças portuguesas de então como o almirante Gago Coutinho, membros da família Pinto Basto e Ricardo Espírito Santo, da diplomacia, como o embaixador da Alemanha em Portugal, o barão von Hoyningen-Huene, e do regime salazarista como Caeiro da Mata e Carneiro Pacheco. O Brasil fez-se representar pelo seu embaixador em Lisboa.

A 3 de novembro seguinte, o *Jornal de Chaves* refere-se à sua morte, dizendo: “Sotto Mayor, que deixa uma avultada fortuna, era bem o símbolo do homem que, saindo do nada, conseguiu, mercê da sua perseverança, continuidade e disciplina, tornar-se um potentado financeiro e, portanto, uma figura de relevo no nosso país e no Brasil”. Em poucas linhas, este jornal resumia o percurso de uma vida, a vida de um homem que pelo seu empreendedorismo construiu pontes entre os dois lados do Oceano Atlântico.

Fontes

Anuário da Universidade de Coimbra. 1908-1909 a 1912-1913.

ARAÚJO, Norberto de – “Comentários simples: Página de Quinta-Feira”. *Diário de Lisboa*. Lisboa, 31.10.1935, p. 9.

Arquivo Distrital de Lisboa (ADL) – *Registos Paroquiais*. Lisboa. Coração de Jesus. Casamentos, livro 1808-1837.

ADL – *Registos Paroquiais*. Lisboa. Coração de Jesus. Batismos, livro 1800-1825.

Arquivo Distrital de Vila Real (ADVR) – *Registos de passaportes*, livros 1857-1860 e 1871-1872.

ADVR – *Registos Paroquiais*. Chaves. Santa Maria Maior, livro 1904.

ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Batismos, livros 1790-1841 e 1836-1859.

ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Casamentos, livro 1760-1859.

ADVR – *Registos Paroquiais*. Valpaços. Lebução. Óbitos, livro 1803-1859.

Democracia (A). Vila Real, 1915-1919, 1823-1825.

Diário da Manhã. Lisboa, 1935.

Diário de Lisboa. Lisboa, 1922, 1935.

64 ROSAS, 1994: 103.

65 É assim que se lhe refere o periódico *Folha de Chaves*, em 22 de janeiro de 1922.

66 *Jornal de Chaves*. Chaves, 3.11.1935, p. 1.

67 *Diário da Manhã*. Lisboa, 1.11.1935, p. 7.

68 ARAÚJO, Norberto de – “Comentários simples: Página de Quinta-Feira”. *Diário de Lisboa*. Lisboa, 31.10.1935, p. 9.

- Diário Oficial da União*. Brasil, 27.2.1935.
- Distrito de Vila Real (O)*. Vila Real, 1907-1910.
- Folha de Chaves*. Chaves, 1915-1917, 1918-1922.
- Ilustração Portuguesa*. Lisboa, 1906, 1919.
- Intransigente*. Chaves, 1900-1907.
- LLOYD, Reginald *et al*, 1913 – *Impressões do Brasil no século vinte: sua história, seu povo, commercio, industrias e recursos*. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd.
- Notícias do Norte*. Chaves, 1915-1917.
- RIBEIRO, Sebastião A. – “A Emigração. Aspectos do problema – seus grandes males – consequências do êxodo”. *Vila-Realense*. Vila Real, 9.10.1913, p.1.
- TEIXEIRA, Adalberto, 1908 – *Água Minero-Medicinal de Vidago. Fonte Campilho. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto*. Porto: Typ. do Porto Medico.
- Vila-Realense*. Vila Real, 1890-1935.

Bibliografia

- ALVES, Jorge, 1999 – “Os brasileiros da emigração no Norte de Portugal” in *Os Brasileiros da Emigração. Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, p. 233-247.
- BALTAZAR, Isabel, 2006 – “Ritmo Novo: o tratado de comércio entre Portugal e Brasil (14.09.1933)” in CASTRO, Zília Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues da; SARMENTO, Cristina Montalvão (ed.) – *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, p. 205-230.
- BIRCHAL, Sérgio de Oliveira, 2004 – *O empresário brasileiro: um estudo comparativo. Ibmecc MG Working Paper – WP 11*. Disponível em <<http://www.ceae.ibmeccmg.br/wp/wp11.pdf>> [consult. 10 maio 2011].
- CÂMARA, João de Sousa da, 1989 – *História do Banco Pinto & Sotto Mayor: 1914-1989*. S.l.: Banco Pinto e Sotto Mayor.
- CARONE, Edgard, 1984 – *Movimento operário no Brasil: 1877-1944*. São Paulo: Difel.
- CURY, Vania Maria, jan.-dez. 1999 – “Algodão e proteção: a indústria têxtil no Brasil, 1890-1930”. *História Revista*. Goiânia. 4 (1/2), p. 79-97.
- FERREIRA, Marie-Jo, 2012 – *Le Brésil Indépendant et le Portugal: 1822-1922. Normalisation politique, liens culturels et migrations*. Paris: L'Harmattan.
- FONTE, Barroso da (coord.), 1998 – *Dicionário dos mais ilustres Trasmontanos e Alto Durienses*. Guimarães: Editora Cidade Berço, vol. 1, p. 587.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa; MONTEIRO, Isilda, 2007 – “Os “Brasileiros” de torna-viagem como agentes culturais. O caso de Lamego na primeira metade do século XX” in *Actas do Seminário Internacional Memórias e Migrações: Museus, História, Educação, Diversidades e Direitos Humanos*. Fafe: Museu dos Emigrantes. Disponível em: <<http://www.museu-emigrantes.org/seminario-comunicacao-f-maia.htm>>, [consult. 14 mar. 2013].
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO; Hildete Pereira de, set.-dez. 2011 – “Negócios portugueses no Rio de Janeiro: um estudo sobre o Banco Português do Brasil (1918 a 1938)”. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro. Vol. 15, n.º 3, p. 461-482.
- MENDES, José Amado, 2002 – “A empresa bancária em Portugal no séc. XX: evolução e estratégias”. *Gestão e Desenvolvimento*. Viseu. N.º 11, p. 39-56.
- MENDES, José Sacchetta Ramos; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis, 2006 – “O Tratado do 1º Centenário ou a retórica das ‘duas pátrias’” in CASTRO, Zília Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues da; SARMENTO, Cristina Montalvão (ed.) – *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, p. 165-196.
- MONTEIRO, Isilda; MAIA, Fernanda Paula Sousa, 2008/2009 – “Em defesa dos interesses da Senhora Aparecida – os “brasileiros” e o desenvolvimento local”. *Oppidum*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada, ano 4, n.º 3, p. 195-207.
- MONTEIRO, Isilda, 2013 – *Os brasileiros e a Primeira República na região de Trás-os-Montes e Alto Douro. Cadernos MPR*. Lisboa: Museu da Presidência da República, vol. 3, p. 378-389.
- PEREIRA, Nuno Teotónio, s.d. – *ICS – Habitação na Cidade Industrial, 1870-1950: A promoção privada do alojamento operário, 1870/1930*. Disponível em <<http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/arq/ntp/textos/textos.htm>> [consult. 14 mar. 2013].
- ROSAS, Fernando, 1994 – “O Estado Novo (1926-1974)” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. S.l.: Círculo de Leitores, vol. 7.

